



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional.

Sub-eixo: Ênfase em Fundamentos.

CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E AS ATIVIDADES ECONÔMICAS ENVOLVIDAS EM SUA DEFLAGRAÇÃO NO NORDESTE DO BRASIL

Nailsa Maria Souza Araújo¹

William Barreto Gomes²

Ana Paula Lomes Cardoso³

Jane Mara de Araujo Costa⁴

Mayara de Santana Santos⁵

Resumo: O artigo objetiva demonstrar as principais atividades econômicas que tomam parte nos conflitos socioambientais identificados na região Nordeste do Brasil. Os dados coletados foram de natureza bibliográfica e documental. Os resultados mostram que o capital, com anuência do Estado, concentra investimentos em setores intensivos de recursos naturais, em segmentos como agricultura e geração de energia.

palavras-chaves: Conflitos socioambientais; Atividades econômicas; Nordeste.

Abstract: The article aims to demonstrate the main economic activities that take part in the socioenvironmental conflicts identified in the Northeastern region of Brazil. The data collected were of bibliographic and documentary nature. The results show that capital, with the consent of the State, concentrates investments in sectors of intensive natural resources, in segments such as agriculture and power generation.

Keywords: Socio-environmental conflicts; Economic activities; Northeast.

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho trata de parte dos resultados obtidos por meio de pesquisa de iniciação científica (PIBIC/COPES/UFS) desenvolvida por membros do Grupo de Estudos e Pesquisa Marxistas (GPEM/UFS), intitulada “A constituição dos sujeitos políticos, representantes do capital que são deflagradores de conflitos socioambientais no Nordeste do Brasil”. Seu objetivo é demonstrar as principais atividades econômicas

¹Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal de Sergipe. E-mail: <nayaraujo5@yahoo.com.br>.

² Estudante de Graduação. Universidade Federal de Sergipe. E-mail: <nayaraujo5@yahoo.com.br>.

³ Estudante de Graduação. Universidade Federal de Sergipe. E-mail: <nayaraujo5@yahoo.com.br>.

⁴ Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal de Sergipe. E-mail: <nayaraujo5@yahoo.com.br>.

⁵ Estudante de Graduação. Universidade Federal de Sergipe. E-mail: <nayaraujo5@yahoo.com.br>.

que tomam parte nos conflitos socioambientais, identificados na região Nordeste do Brasil.

Para a apreensão da realidade, adotou-se como método de orientação da pesquisa o materialismo histórico-dialético. A pesquisa se definiu como exploratória. Os dados coletados foram de natureza bibliográfica e documental. Esta última teve como fonte o Mapa de Conflitos Envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil da FIOCRUZ e outras fontes de consulta, como os elementos disponíveis na Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE).

O artigo está dividido em duas partes: na primeira fazemos uma análise do modelo de desenvolvimento predominante na economia nacional, que se funda na produção de *commodities* como estratégia de incorporação subalterna na atual divisão internacional do trabalho. Essa escolha levou o Brasil a apostar na expansão, por exemplo, do agronegócio, desconectando-se dos avanços da terceira revolução industrial e seus frutos. Significa que o país volta a se especializar na produção de bens primários para exportação, abandonando sua estratégia industrializante que vigorou dos anos 1930 a 1980. Essa estratégia tem fortes impactos sobre os recursos naturais do país, e de forma diferente nas suas distintas regiões. No Norte e Nordeste as expressões anticivilizatórias desse modelo são mais drásticas, afetando muitos grupos populacionais e biomas também muito diversos. Na segunda parte procuramos analisar os dados referentes às principais atividades econômicas que estão envolvidas, via ação do capital ou do Estado, na deflagração de conflitos socioambientais na região Nordeste, com foco em 4 (quatro) dos seus 9 (nove) estados, já que este avanço sobre os recursos naturais, afetando a relação homem-natureza, não passaria sem tensionamentos e disputas, hoje constituídos em torno dos denominados *conflitos socioambientais*.

2. Brasil, Nordeste e Agricultura: chão fértil para a constituição de conflitos socioambientais

A crise estrutural do capital, em vigência desde meados da década de 1970, causou transformações no cenário mundial da economia capitalista. Entre elas encontra-se a forma de organização da produção de mercadorias – com o advento do modelo de acumulação flexível – e a mundialização do capital, atrelada à ideologia neoliberal, conjunto articulado de respostas que engendraram medidas orquestradas pelos países imperialistas e impostas, principal, mas não unicamente, aos países de economia periférica, por organismos internacionais como o FMI e o Banco Mundial. Tais

medidas englobam a liberalização e desregulamentação das trocas comerciais. Esta crise tem como uma de suas expressões o esgotamento dos recursos ambientais, que é resultado da mercantilização e da transformação de recursos naturais em mercadoria. Destarte, os aspectos interligados à escassez dos bens ambientais e a crise econômica estão relacionados com a crise do modo de produção capitalista e todo o seu sistema de relações, chamado por Löwy (2013, p. 79-80), de *criseda civilização capitalista industrial moderna*. Ou seja,

A crise econômica e a crise ecológica resultam do mesmo fenômeno: um sistema que transforma tudo – a terra, a água, o ar que respiramos, os seres humanos – em mercadoria, e que não conhece outro critério que não seja a expansão dos negócios e a acumulação de lucros⁶⁶.

As consequências da acumulação no sistema do capital em escala planetária são diversas, tais como: poluição do ar, da água e dos solos; destruição de florestas tropicais e redução da biodiversidade; desertificação; acumulação de resíduos nucleares com duração de milhares de anos; acidentes nucleares; manipulações genéticas de alimentos e uso extensivo de agrotóxicos; o insistente extermínio de povos originários; intensificação da exploração da mais-valia, dentre outros.

Na fase do *novo imperialismo* os países de capitalismo central, notadamente EUA, Japão e União Europeia – que formam a tríade do mercado mundial na contemporaneidade - avançam sobre as áreas geográficas dos países periféricos para expandir sua lucratividade, aprofundando sua prática predatória de exploração de recursos naturais e do trabalho por meio da privatização dos bens ambientais. De acordo com Harvey (2004, p. 121; suprimimos), o processo de *acumulação por despossessão* se constitui na:

[...] mercantilização e privatização da terra e a expulsão violenta de populações camponesas; conversão de várias formas de direito de propriedade (comum, coletiva, do Estado etc.) em direitos exclusivos de propriedade privada; supressão dos direitos dos camponeses às terras comuns [partilhadas]; a mercadificação da força de trabalho e a superação de formas alternativas (autóctones) de produção e de consumo; processos coloniais, neocoloniais e imperiais de apropriação de ativos (inclusive de naturais); a monetarização das trocas e a taxação, particularmente da terra; o comércio de escravos; e a usura, a dívida nacional e em última análise o sistema de crédito como meios radicais de acumulação primitiva.

⁶⁶É evidente que a corrida louca atrás do lucro, da lógica produtivista e mercantil da civilização capitalista e industrial nos leva a um desastre ecológico de proporções incalculáveis [...] a dinâmica do crescimento infinito pela expansão capitalista ameaça destruir os fundamentos naturais da vida humana no Planeta. (LÖWY, 2013, p. 80; suprimimos).

Com efeito, o capitalismo não se desenvolve mundialmente de forma homogênea, pois as desigualdades entre os países é uma de suas características inelimináveis. Conforme Mandel (1982), o capital apresenta um desenvolvimento “desigual e combinado” nos diferentes países. “Desigual”, porque o desenvolvimento econômico dos países periféricos ocorre de forma retardatária em relação ao desenvolvimento dos países centrais. “Combinado”, porque as formas produtivas modernas são introduzidas nos países periféricos sob uma base de “relações arcaicas” de produção ou se constroem a partir da manutenção de relações de produção tradicionais. Mandel (1982, p. 32; suprimimos) explica que “[...] a economia mundial capitalista é um sistema articulado de relações de produção capitalistas, semicapitalistas e pré-capitalistas, ligadas entre si por relações capitalistas de troca e dominadas pelo mercado mundial [...]”.

Na economia brasileira, o agronegócio encontra destaque e relevância na produção econômica, com o objetivo de satisfazer a demanda do mercado mundial por matéria-prima. Segundo a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (2018, n.; suprimimos), em relação ao comércio internacional, o setor contribuiu fortemente para o desempenho da economia do país, principalmente a partir de 2007, haja vista que o “[...] superávit comercial do agronegócio brasileiro tem mais que superado o déficit comercial dos demais setores da economia [...], e garantido sucessivos superávits à Balança Comercial brasileira”.

Na contramão do otimismo gerado pelo crescimento do setor, expresso exaustivamente através de campanhas publicitárias que tentam criar uma imagem positiva da modernização da agricultura através do *slogan* “Agro é Tech, Agro é Pop, Agro é Tudo”, o Atlas do Agronegócio, publicado em 2018, mostra as consequências socioambientais advindas desse processo. No seu cerne está a já histórica concentração latifundiária no Brasil, aprofundada com a modernização tecnológica da agricultura, por meio da “revolução verde”, que aumenta o interesse de investidores nacionais e internacionais, fazendo crescer também o valor das terras agricultáveis, gerando conflitos⁷.

⁷“Nos últimos anos, os conflitos envolvendo a tomada de territórios indígenas e de populações tradicionais têm se intensificado. Em 2016, um levantamento do Conselho Indigenista Missionário aponta que foram assassinados 118 indígenas no Brasil. Ao longo de 2017, foram assassinadas 207 lideranças em conflitos socioambientais (defesa de territórios e bens comuns) em todo o mundo, segundo a ONG Global Witness. A maioria das mortes ocorreu na América Latina, onde o Brasil liderou as estatísticas com 57 vítimas, seguido por Colômbia (24). Já em conflitos de terra, a Comissão Pastoral da Terra contabilizou, no mesmo ano, 70 assassinatos,

De acordo com levantamento da FAO, produzido em 2014, áreas de menos de 1 hectare representam 72% de todas as propriedades do mundo, mas ocupam apenas 8% das terras agrícolas. Em contraste, apenas 1% das propriedades rurais do mundo têm mais de 50 hectares, mas controlam 65% das terras agrícolas. O Brasil cultiva, de acordo com o Censo Agropecuário do IBGE de 2017, cerca de 63 milhões de hectares. Destes, destaca a Embrapa, 61,6 milhões foram usados para a produção de commodities agrícolas (grãos) na safra 2017/2018. Ainda segundo o Censo, 158 milhões de hectares são ocupados por pastagens. Estes dados não se aplicam apenas a áreas do grande agronegócio, mas sua predominância é inegável. (SANTOS; GLASS, 2018, p. 46, grifamos).

Importa destacar a relação entre o Estado e o agronegócio em nosso país. Além da garantia da manutenção do padrão concentrador de terra, a influência do setor nas diferentes esferas do Estado tem garantido o retrocesso das legislações socioambientais. A Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), instituição que defende os interesses da bancada ruralista, tem cumprido papel essencial nesse sentido. Tal frente é responsável por reunir lobistas para definir as pautas debatidas em plenário ou nas comissões temáticas, um movimento que institucionalizou o *lobby* do agronegócio no Brasil (SANTOS; GLASS, 2018).

No quadro desse contexto sumariado que expressa a reprimarização da economia brasileira, as regiões Norte e Nordeste também são atingidas com o avanço do capital produtivo e financeiro e consequente espoliação de suas riquezas naturais. No Nordeste, a produção de *commodities* vem se tornando uma fonte de lucro para o capital internacional.

Entende-se por commodities os produtos intensivos em recursos naturais em estado bruto (primário) ou em pequeno grau de industrialização. Esta categoria envolve produtos agrícolas (em estado bruto e/ou industrializado), minerais (em estado bruto e/ou industrializado) e energia. Estes produtos caracterizam-se pela produção padronizada e em grande quantidade, cujos preços são formados em bolsas de mercadorias no país ou no exterior (BRESSER-PEREIRA; MARCONI, 2007 *apud* VERÍSSIMO; XAVIER, 2014, p. 274).

O agronegócio, tão positivamente qualificado nos aparelhos midiáticos, com vista a solidificar o modelo agroexportador brasileiro, é caracterizado, ou melhor, desvelado por Fernandes (2004) em seu aspecto de concentrador e explorador de riquezas. Corresponde a uma nova fase da agropecuária capitalista: o agronegócio, cuja origem está no sistema *plantation*.

A palavra agronegócio é nova (década de 1990), e é também uma construção ideológica para tentar mudar a imagem latifundista da agricultura capitalista. O latifúndio carrega em si a imagem de exploração, trabalho escravo, extrema concentração da terra, coronelismo, clientelismo, subserviência, atraso político e econômico [...]. A imagem do agronegócio foi construída para renovar a

com destaque para quatro massacres ocorridos na Bahia, Mato Grosso, Pará e Rondônia” (SANTOS; GLASS, 2018, p. 46).

imagem da agricultura capitalista, para “modernizá-la”. [...] O agronegócio é um novo tipo de latifúndio e ainda mais amplo, agora não concentra e domina apenas a terra, mas também a tecnologia de produção e as políticas de desenvolvimento (FERNANDES, 2004, n.p.; suprimimos).

A opção brasileira, que se consolida desde os anos 1990, de retomar e reforçar seu lugar de produtor de produtos primários para exportação tem gerado novas faces da luta histórica que se vem travando no país pelo acesso à terra, agora agregada ao acesso à água, territórios tradicionais, etc. Estas novas facetas têm sido causadoras de uma série de *conflitos socioambientais*. Para Acselrad (2004), os conflitos socioambientais estão relacionados ao uso e a apropriação do território e a disputa entre agentes sociais envolvidos no processo. Tais conflitos são originados quando um dos grupos sofre ameaças e pode perder o direito do usufruto do território ou quando a ação de um dos grupos altera o circuito que possibilitava a reprodução sociocultural de outro grupo.

As empresas ou sujeitos políticos representantes do capital envolvidos na deflagração desses conflitos escamoteiem suas reais intenções através de um discurso forjado na conciliação entre a ação predatória e a sustentabilidade socioambiental de suas práticas, processo chamado por Acselrad (2010) de “procedimentos de ambientalização”.

[Neste caso as] empresas suspeitas de práticas predatórias ambientalizam seu discurso, recusando, ao mesmo tempo, controles externos e proclamando sua capacidade de autocontrole ambiental; autoridades governamentais flexibilizam a legislação ambiental, alegando ganhos de rapidez e rigor nos licenciamentos; promotores de grandes projetos hidrelétricos que desestruturam a vida de comunidades indígenas afirmam que desenvolverão programas de “sustentabilidade” destinados “a assegurar a continuidade dos aspectos econômicos, sociais, culturais e ambientais” dos grupos indígenas... (ACSELRAD, 2010, p. 104, acrescentamos).

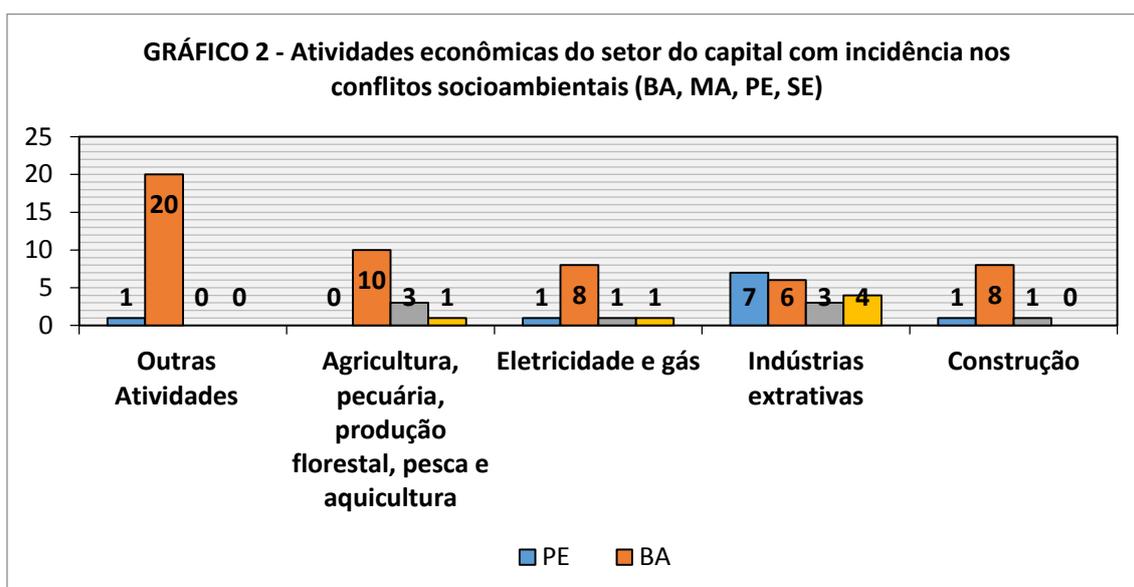
Scotto (1997, p. 21) afirma que “os problemas ambientais são formas de conflito entre interesses privados e coletivos”. A autora sinaliza que, por vezes, um grupo econômico ou um único indivíduo pode alterar as condições de uso de bens comuns como a água, o solo, a fauna, a vegetação. Na sociedade capitalista, os bens comuns estão em disputa⁸. A mesma autora ressalta também que os interesses comuns podem

⁸ “As lutas contra as agressões ao meio ambiente são lutas pela garantia do caráter coletivo do meio ambiente. Essas agressões expressam a imposição dos interesses de poucos sobre o mundo, que é de todos. Embora, na lei, todos tenham direito de acesso aos recursos naturais, na prática, esse acesso é diferenciado”. (SCOTTO, 1997, p. 21).

ser percebidos no processo de enfrentamento ao conflito e não são necessariamente um imperativo anterior. Ou seja: a “consciência” prévia ou a presença de grupos com algum nível de organização não devem ser tomados como únicos ou os principais requisitos para que haja conflitos: “às vezes essa ‘consciência’ – que começa sendo uma percepção difusa do problema – forma-se ao longo da luta e como parte dela” (SCOTTO, 1997, p. 32). Neste processo delineado cabe destaque para os principais segmentos econômicos atuantes na região Nordeste do Brasil, com foco nos 4 (quatro) estados selecionados, no contexto de intensificação das disputas e mercantilização de todas as esferas da vida, assim dos recursos naturais.

3. PRINCIPAIS SEGMENTOS ECONÔMICOS ATUANTES NA REGIÃO NORDESTE ENVOLVIDOS EM CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS

Para entender melhor os conflitos gerados no Nordeste e quais recursos estão sendo mais explorados, julgamos necessário identificar as atividades econômicas diretamente ligadas aos mesmos. A categorização dos segmentos econômicos foi feita de acordo com a Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE, que classifica 21 (vinte e um) tipos de atividades econômicas em operação no Brasil. Selecionamos, no gráfico 01 (abaixo) os 05 (cinco) principais ramos de atividades que possuem maior representatividade nos dados tabulados, sendo estes: 1) Construção, 2) Indústria Extrativa; 3) Eletricidade e Gás; 4) Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aquicultura; 5) Outras Atividades de Serviço.



Fonte: Elaboração própria, com base nos dados coletados no Mapa de Conflitos Envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil, categorizados de acordo com a Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE.

O estado da Bahia ganha destaque nos dados registrados no gráfico acima, apresentando atuação de empresas em todos os ramos de atividades. Aqui, se desconsiderarmos a categoria “outras atividades”⁹, o segmento com maior destaque é o setor agropecuário 10 (dez), seguido do setor de eletricidade e construção 08 (oito). Considerando o avanço da indústria do agronegócio nos centros dinâmicos de produção e macrorregiões, como é o caso da Bahia, os setores supracitados fazem parte da expansão do processo de integração produtiva no Nordeste pois, articulados, estes setores garantem o escoamento da produção. Nesse sentido, o setor de construção garante a pavimentação das estradas através de obras financiadas com recursos federais e o setor de eletricidade e gás garante, com efeito, o funcionamento agroindustrial, desde a irrigação até o processamento e o empacotamento dos produtos a serem exportados. Araújo (1997, p. 23) expõe que:

A crescente presença de grandes grupos empresariais no Nordeste, como também ocorre em outras regiões, não se restringe ao setor industrial. Na construção civil (impulsionada pelo Sistema Financeiro de Habitação – SFH e por programas de obras públicas importantes) e nos complexos agroindustriais (ligados especialmente à produção de grãos, frutas e pecuária) sua recente presença é marcante. Paralelamente, também na atividade comercial o capital tem se centralizado, a oligopolização se firmado e grandes cadeias de magazines e supermercados se fizeram presentes no Nordeste, como acontecera em diversas regiões do país.

Apesar de ser o menor estado da federação, Sergipe ganha notoriedade no gráfico, pois apresenta incidência de conflitos gerados por capitais ligados a quase todos os segmentos econômicos (exceto outras atividades), com destaque para os ramos da agropecuária 03 (três) e indústrias extrativistas 03 (três), seguidos dos setores de eletricidade/gás 01 (um) e construção 01 (um). Os dados apresentados afirmam um estado pouco industrializado: sua base econômica está relacionada principalmente com a produção das *commodities* minerais e agrícolas.

Dentro da região Nordeste, Sergipe constitui-se como uma sub-região que apresenta escasso desenvolvimento tecnológico devido ao parco investimento nas áreas de ciência e tecnologia. A incidência do segmento de construção está relacionada ao desenvolvimento da construção civil, ao turismo e à especulação imobiliária. Estas últimas atividades do segmento da construção têm avançado sobre o litoral sergipano. Atualmente são construídas

⁹ Essa classificação se deve ao número expressivo de atividades pulverizadas das empresas envolvidas em conflitos socioambientais catalogadas, tornando o agrupamento dentro dessas categorias inviáveis.

residências nas margens dos rios e, com isso, ecossistemas como manguezais são devastados, ameaçando as formas de produção e reprodução da vida social de populações ribeirinhas. Segundo Ribeiro e Reiher (2012, n.p.; suprimimos) no município de Aracaju

Estas construções nas margens dos rios proporciona [sic!] a estes moradores que o rio seja o quintal de sua casa. Residências equipadas com decks, quiosques com piscinas, local para ancorar lanchas, jet-ski, projetos paisagísticos luxuosos possibilitam que a margem do rio torna-se o jardim da mansão [...]. A partir de construções que tomam conta da margem dos rios, os pescadores acabam tendo dificuldade de acesso a este. Como estão sendo expulsos desta área, acaba [sic!] indo morar distantes da margem.

Na sequência da análise acerca das atividades econômicas de setores do capital com maior incidência nos conflitos socioambientais, o gráfico apresenta que o ramo de atividade com maior número em absoluto de conflitos no estado do Maranhão está concentrado nas indústrias extrativas 04 (quatro). O setor de agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura corresponde a 01 (uma) empresa, quantitativo igual ao do setor de eletricidade e gás 01 (uma). Nos setores de construção e outras atividades, de acordo com a classificação seguida na elaboração deste gráfico, o estado não apresenta quantitativo.

Contudo, faz-se mister considerar que tais atividades não estão isoladas umas das outras; pelo contrário, existe uma inter-relação desses setores no modelo perdulário de produção, principalmente com o avanço tecnológico na agricultura. Dessa forma, a base econômica do Maranhão está alçada na agroexportação e no extrativismo, alavancado originalmente pela SUDENE, através de incentivos fiscais que abriram o caminho para a inserção subalterna do Maranhão na expansão do capital agrário. Isso se deve também ao interesse das grandes multinacionais nos minérios e outras matérias-primas presentes no estado. De acordo com Miranda (2012, p. 129):

Desde o final da década de 1970 o Maranhão é palco de vários investimentos, através do que se denomina “Grandes Projetos de Desenvolvimento”, composto, por exemplo, pelo consórcio ALUMAR-ALCOA, a Companhia Vale do Rio Doce, denominada atualmente de VALE, o Centro de Lançamento de artefatos espaciais, (Centro de Lançamento de Alcântara - CLA, projetos voltados para monocultura no sul e sudeste do Estado, projetos voltados para a criação de búfalos na baixada maranhense e para carnicultura no litoral). E, mais recentemente, a Hidrelétrica construída no município de Estreito/MA, a refinaria PREMIUN-PETROBRÁS a ser construída no município de Bacadeira/MA e o projeto de exploração de Gás Natural no município de Capinzal do Norte/MA.

Durante muitos anos a agroindústria álcool-açucareira foi o segmento com maior expressividade na economia pernambucana, entretanto, com a crise dos anos 1970, que provocou um acirramento da competitividade interna e externa, os grandes produtores são levados a encontrar novos ramos de atividade que garantam obtenção de lucro. Para além

disso, a redução dos incentivos fiscais da SUDENE provoca uma significativa retração econômica no estado, que se estende até a década de 1990. Após este período, em virtude da abertura da economia nacional, o estado volta a ter representatividade regional com base no segmento de indústrias extrativas e serviços. De acordo com informações colhidas no site¹⁰ do estado de Pernambuco, atualmente a política de desenvolvimento econômico estadual está ancorada na Agência de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco – ADDIPER, visando garantir um conjunto de incentivos fiscais voltados ao setor industrial.

No gráfico, pode-se observar que o ramo de atividade com maior incidência de conflitos é o setor de indústrias extrativas - com 7 conflitos identificados. Os demais setores apresentam apenas um conflito em cada segmento das cinco principais atividades em destaque na região Nordeste. No cenário socioeconômico pernambucano o Estado vem se preocupando, como de praxe, com a manutenção do capital investido, adotando uma linha de política neoliberal que tem avançado de forma predatória sobre os recursos naturais e humanos da região, gerando uma série de injustiças e conflitos socioambientais.

Esta dinâmica destrutiva é prevista de acordo com a essência perdulária do sistema capitalista. Essa perdularidade vem ganhando força dentro do estado com o processo de reprimarização da base econômica local, através do apoio a mega projetos governamentais, como é o caso da participação ampla no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, do qual podemos citar como exemplo a incorporação comemorada da Refinaria Abreu e Lima, que é uma das maiores obras de financiamento do governo e se encontra instalada no estado, com alto potencial poluidor.

Os dados de pesquisa coletados mostram que os principais agentes do capital envolvidos nos conflitos socioambientais no Nordeste são fazendeiros e latifundiários, em primeiro lugar; e aqueles agrupados como “representantes do Estado”, em segundo lugar; já o principal recurso em disputa é a terra¹¹. No estado de Pernambuco foram localizados 23 (vinte e três) conflitos por terra, (52,17%), seguido de água, com 13,04%. Traçando um panorama geral do estado, é possível avaliar que os principais agentes deflagradores de conflitos (Estado e pequenas empresas), atuam no segmento extrativista, no qual a terra e a água são as principais fontes de exploração para o acúmulo de riquezas do capital. As indústrias extrativistas, explorando matéria-prima para a circulação no mercado nacional e

¹⁰ <http://www.addiper.pe.gov.br/index.php/atuacao/incentivos-fiscais/>

¹¹ Quando se trata da terra envolve-se todo tipo de disputas, desde a agricultura monocultural até conflitos envolvendo licenciamento de aterro sanitário e poluição local pelo processamento e descarte de resíduos sólidos.

internacional; e o Estado¹² financiando grandes obras que facilitem o escoamento da produção. Percebe-se, assim, porque o Estado, que não é organicamente o próprio capital, apareça nos dados coletados como um dos principais sujeitos políticos que atuam a favor do capital nos conflitos socioambientais mapeados. Frente às transformações no cenário socioeconômico de Pernambuco, nos últimos anos é inegável o papel do Estado como financiador das atividades econômicas, ocasionando impactos significativos. Se no âmbito econômico os números apresentam um índice positivo, este desenvolvimento não tem acompanhado o segmento social.

4. CONCLUSÕES

Este trabalho apresentou os dados referentes às atividades econômicas que têm maior incidência na deflagração de conflitos socioambientais no Nordeste, além de debater as bases do modelo brasileiro que dá sustentação ao avanço do capital sobre os recursos naturais. Entendemos, de forma conclusiva, que o atual quadro de crise estrutural do capital, causador de avanços sem precedentes na deterioração dos recursos ambientais em escala global, explica o lugar destas atividades econômicas na composição da economia do Nordeste. Explica, também, o crescimento do número de conflitos socioambientais na região estudada (de 101 em 2010 para 158 em 2014). Os resultados mostram que o capital, com anuência do Estado, concentra investimentos em setores intensivos de recursos naturais, em segmentos como agricultura, geração de energia e indústrias extrativas. Os demais ramos de atividade em destaque também compõem um rol de empresas necessárias ao andamento favorável dos negócios envolvidos na atividade exportadora de bens primários, como é o caso da construção, que envolve estradas, portos e aeroportos, por exemplo.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. *In: Conflitos Ambientais no Brasil*, Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fundação Heinrich Böll, 2004.

¹² Para a análise que se faz com base no materialismo histórico-dialético o Estado é claramente uma instituição classista, um complexo político institucional que se constitui para atender aos interesses da classe dominante vigente. No capitalismo, trata-se da burguesia. Neste sentido, a forma de dominação é através de um viés político determinado por uma correlação de forças. Essa explicação não exclui, como se sabe, a possibilidade do Estado ser mais ou menos permeável a demandas das demais frações de classe, em virtude do jogo de forças presente em cada momento histórico na luta de classes.

ACSELRAD, Henri. Ambientalização das lutas sociais – o caso do movimento por justiça ambiental. **Estudos avançados**, p. 103-109, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v24n68/10.pdf>> Acesso em: 08 dez. 2019.

ARAÚJO, Tânia Bacelar. Herança de diferenciação e futuro de fragmentação. Dossiê Nordeste I. **Estudos Avançados** 11 (29), p. 7-36, 1997. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v11n29/v11n29a02.pdf>> Acesso em: 21 mar. 2018.

Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - **CNA**. 2018. Disponível em: <<https://www.cnabrazil.org.br/cna/panorama-do-agro>> Acesso em: 17 jan. 2019.

FERNANDES, Bernardo Mançano. O novo nome é agribusiness. **Publicações Nera**, n.p. 2004. Disponível em: <<http://docs.fct.unesp.br/grupos/nera/publicacoes/Onomeeagribusiness.pdf>> Acesso em: 30 dez. 2018.

HARVEY, David. A acumulação via espoliação. *In* **O novo imperialismo** São Paulo: Loyola, 2004.

LOWY, Michael. Crise ecológica, crise capitalista, crise de civilização: a alternativa ecossocialista. **Caderno CRH**, v. 26, n. 67, p. 79-86, 2013. Salvador: 2013. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=347632190006>> Acesso em: 18 jan. 2019.

MANDEL, Ernest. O Capitalismo Tardio. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MIRANDA, Aurora Amélia Brito de. O conceito de território e as recentes políticas de desenvolvimento rural e suas contradições no estado do maranhão. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v.16, n.1, p. 123-132, 2012. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/3211/321128742011.pdf>> Acesso em: 25 jan. 2019.

RIBEIRO, Maria Rita.; REIHER, Carla. A expansão das atividades de turismo e lazer: as transformações e impactos sobre uma comunidade ribeirinha. **XV Encontro De Ciências Sociais Norte e Nordeste e Pré-Alas Brasil**. UFPI, Teresina – PI. n.p. 2012. Disponível em: <<http://www.sinteseeventos.com.br/ciso/anaisxvciso/resumos/GT22-14.pdf>>. Acesso em 23. dez de 2018.

SANTOS, Maureen; GLASS, Verena. **Atlas do agronegócio**: fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos. Maureen, Verena Glass, organizadoras. - Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll, 2018.

SCOTTO, Gabriela. **Conflitos ambientais no Brasil**: natureza para todos ou somente para alguns? Rio de Janeiro: IBASE, 1997. Disponível em: <http://www.sigam.ambiente.sp.gov.br/sigam3/Repositorio/472/Documentos/Mural_PlanosdeFiscalizacao/FormacaoSocioambiental/Referencias/IBASE%20-%20CONFLITOS%20AMBIENTAIS%20NO%20BRASIL%201.pdf> Acesso em: 28 dez. 2018.

VERÍSSIMO, Michele Polline; XAVIER, Clésio Lourenço. Tipos de *commodities*, taxa de câmbio e crescimento econômico: evidências da maldição dos recursos naturais para o Brasil. **Revista de Economia Contemporânea**.v. 18, n. 2, p. 267-295, 2014. ISSN – 1415-9849 ISSN – 1980-5527. Disponível em:

http://www.ie.ufrj.br/images/blog/REC_18.2_05_Tipos-de-commodities-tx-cambio-crescimento-economico.pdf Acesso em 15 mar. 2019.